

havia evoluído para uma espécie de plebiscito demagógico entre falsos líderes populares, que exploravam as paixões coletivas. No Brasil, o sistema presidencial encontra-se num verdadeiro impasse: sua coluna mestra é a liderança popular do Presidente; liderança popular corresponde à eleição; a eleição direta de um presidente no Brasil, por sua vez, provoca cada vez mais crises. Por outro lado, presidencialismo com eleição indireta, além de ser uma farsa, provocará no povo frustrações que passarão a reações só domináveis pela força. Isto na medida em que "o ato de votar em um candidato à presidência significava um desabafo imediato, a oportunidade de um revide contra as dificuldades da vida, ou, no máximo, um anelo informulado de melhoria particular e imediatista, desligada de qualquer visão mais geral ou distante". Para o autor, o agrupamento das massas atraídas somente pelo carisma demagógico ou pelo benefício urgente é o que a conscientização social da era de Getúlio Vargas legara à liberdade eleitoral.

A saída para o parlamentarismo, com efeito, visava especificamente a resolver o problema político brasileiro: nesse aspecto é ele é negativo, pois a mudança institucional não foi executada com plena consciência do seu valor, mas foi considerado pelo Congresso mais como um expediente político. O seu lado positivo está na saída legal para a crise que ameaçava a liberdade.

Com o parlamentarismo, o autor é nomeado Embaixador do Brasil na ONU, onde vai continuar a imprimir o mesmo tom independente à nossa política externa. Mostra que com essa linha de ação, o Brasil ganhava prestígio e confiança internacionalmente. No entanto, do ponto de vista interno, o País estava dividido pelas elites dirigentes, que fazem agitação e forçam a volta ao presidencialismo.

Relata com minúcias todos os acontecimentos que deram origem ao plebiscito e que possibilitaram a volta ao antigo regime e mostra seu pessimismo diante dos rumos tomados pela política interna.

Com a sua volta ao Senado, vai dar-nos um relato das missões estrangeiras de que participou e da sua atuação no Congresso, até a Revolução de 1964. A partir daí, mostra toda a sua atuação para a volta do Brasil a uma política externa independente e de não-alinhamento e uma volta ao regime democrático por meio de uma Constituição que não estivesse desvinculada da nossa realidade política, social e econômica.

O livro do Sr. Afonso Arinos de Melo Franco é importante leitura para

quem queira conhecer mais detalhadamente os fatos de nossa história política contemporânea. Num estilo elegante, suas memórias não escondem uma certa nostalgia por um passado patriarcal, quebrado por novos valores; ao mesmo tempo, deixa clara a sua posição de homem liberal à procura de uma democracia sem mistificações, baseada em novos valores morais.

EVALDO SINTONE

DESENVOLVIMENTO DA CIVILIZAÇÃO MATERIAL NO BRASIL

Por Afonso Arinos de Melo Franco. 2. ed., Conselho Federal de Cultura, 1971. 168 p. il.

A primeira edição do livro de Afonso Arinos é de 1944 e foi editada pelo **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**; a reedição transcreve o original. Apesar de não ter pretendido atualizá-lo, continua a ser indispensável para o estudo de algumas características da civilização brasileira.

O autor não pensou em fazer estudo exaustivo sobre os temas que aborda, porém, a obra permanece como introdução a questões pouco abordadas da nossa historiografia. Como esta desenvolveu mais os estudos de história política, pouco sabemos de nossa evolução material. É assim que as conferências apresentam interesse particular, pois tratam cronologicamente dos problemas da população, da urbanização, do povoamento, da administração, da comunicação, etc., fato que nos permite ter uma visão geral e conjunta destes fenômenos. Por razões particulares, estuda estes fatores por etapas: com exceção da primeira parte, que é um apanhado genérico — fatores primitivos, o português, o negro, o índio — os outros capítulos referem-se aos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

Para caracterizar o problema da ocupação portuguesa na época Colonial, Afonso Arinos acentua traços que representam a continuidade ou descontinuidade da permanência lusa no Brasil: "a preocupação primordial dessa política de reprodução dos modelos reinóis foi, naturalmente, a fundação de povoações fixas, que viessem substituir com vantagem os pousos móveis e precários das feitorias. Portugal queria, pois, transplantar para cá as suas próprias povoações. E o fez com tal vigor que ainda hoje estes elementos fundamentais da nossa civilização material, as cidades do interior, guardam, em linhas gerais, a marca poderosa dos primitivos povoadores."

Por sua vez, as estradas — ou caminhos, como são denominadas comumente — deixam de ser cuidadas, simplesmente por razões táticas: "por vários motivos, o

português não cuidou particularmente do sistema de comunicação terrestre. A princípio principalmente porque, sendo a civilização localizada na fímbria litorânea, mais fáceis e mais seguras eram as comunicações marítimas... Depois, o latifúndio e a monocultura, na era açucareira, a falta de trocas internas e o insulamento econômico dos engenhos em nada contribuíram para melhorar os caminhos... Em seguida à era da cana, o século do ouro ainda menos contribuiu para a melhoria delas. Caminhos, então, só os indispensáveis, pois quanto mais caminhos houvesse mais se facilitariam os descaminhos do metal e das pedras, em prejuízo do fisco vigilante".

No entanto, além da problemática comum das cidades e caminhos, temos a existência de outros fatores, como o gosto português pela ostentação exterior e sua medíocre preocupação pelo conforto interno de moradia.

O século XVI é aquele em que o povoador ocupa grande parte da faixa litorânea: o reconhecimento das costas, as feitorias, as capitânias hereditárias e o Governo-geral são medidas diversas, com objetivos únicos, isto é, povoamento das regiões ameaçadas pelos estrangeiros. E as inúmeras cidades fundadas nesta centúria mostram também a preocupação em fixar o homem em pontos estratégicos: é Tomé de Sousa quem abre a "nova fase para a civilização brasileira", pois ele tem os "recursos mais amplos da Coroa". Assim, de maneira genérica, temos as fundações das cidades de Salvador (1549), São Paulo (1554), São Vicente (1532), Rio de Janeiro (1565), Olinda (1536), Santos (1546), etc.

O século XVII foi o "mais importante da nossa história Colonial, pois nele se deu a consolidação do domínio luso no litoral, com a expulsão dos invasores, e, no interior, a parte decisiva da conquista do sertão". Assim é que, dentro deste contexto, dá-se a transformação do Recife, sob Maurício de Nassau; por outro lado, a Bahia, centro da ação de Portugal, torna-se a "cabeça da Colônia".

A defesa costeira explica, em parte, o desenvolvimento urbano litorâneo. No interior, o fenômeno é diferente: "o ciclo da caça ao índio é essencialmente móvel. O bandeirante não se fixa, não funda estabelecimentos duráveis. Penetra, luta, encurrala o seu rebanho humano e regressa com ele para o litoral". Porém, só certos núcleos ou pousadas dos bandeirantes, ligados a caminhos mais permanentes, é que irão transformar-se em cidades: Mogi das Cruzes (1611), Taubaté (1650), Jacareí (1653) e Guaratinguetá (1657) "comandavam o avanço para as Gerais; Parnaíba (1625) e Itu (1657) foram os trampolins do salto a Mato Grosso; Jundiá e Sorocaba (1661)

apontavam respectivamente os caminhos de Goiás e Paraná”.

O século XVIII é aquele em que se completa o povoamento do litoral e o reconhecimento do interior aprofunda-se. O gado no Rio Grande do Sul e no vale do São Francisco; o ouro e diamantes em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; a ocupação militar e religiosa do vale do Amazonas, etc. são alguns momentos da maior fixação interiorana. Nesse período, a civilização — arte, moradia, urbanização, luxo — toma aspectos novos. E o desenvolvimento particularista vai consolidar-se, numa afirmação de regionalismo, que marcará a nossa história.

“Nos primeiros anos do século passado (XIX) dá-se um fato de capital importância para o desenvolvimento da civilização brasileira. O Brasil, de administração secundária, passa a ser sede do Governo; de colônia se transforma em metrópole, entrando de chofre, sem luta, no estado de independência política. Qualquer crítica pessoal que se pretender fazer ao príncipe e rei D. João perde o interesse diante da realidade poderosa do movimento progressista que a sua função governativa produziu, se não mesmo promoveu. A estada da corte no Rio de Janeiro foi a origem de uma transformação profunda da civilização do Brasil”.

O reflexo maior aparece, inicialmente, na transformação material do Rio de Janeiro: sua população, no termo do século XVIII, pouco excedia de 40.000 habitantes; em 1821 atinge 110.000 almas. “Não somente cresce a cidade como também foi provida de edifícios públicos e particulares, dotados de estilo arquitetônico mais apurado, graças à presença do arquiteto Grandjean de Montigny, elemento integrante da missão artística francesa aqui chegada em 1816”.

As outras capitais — Pôrto Alegre, Salvador, Recife, São Paulo — sofrem também grandes vicissitudes nesse século. Porém, é o café que intensifica o comércio, a urbanização e a abertura de estradas de ferro no sul. No Nordeste, o açúcar ainda representa o elo econômico fundamental e, conseqüentemente, é a partir dele que se explica uma série de transformações materiais.

Assim, o breve apanhado de Afonso Arinos permite-nos seguir o nascimento e desenvolvimento de uma série de problemas materiais da nossa civilização. E, o seu livro pioneiro, torna-se grandemente útil como introdução à problemática da história brasileira.

EDGARD CARONE

NARRATIVAS DE UMA VIAGEM AO BRASIL

Por Tomas Lindley. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969. 190 p. (Col. Brasileira, 343).

Publicado originariamente em Londres, em 1805, o livro de Lindley reúne seu diário de permanência em Pôrto Seguro e Salvador — lugares onde esteve prisioneiro, de julho de 1802 a agosto de 1803 — e notas históricas sobre o Brasil. É um dos primeiros relatos de estrangeiros publicados no século XIX, tendo, assim, servido de fonte para inúmeros estudiosos e viajantes, que utilizarão fartamente suas informações verídicas e precisas. Andrew Grant, em *Description of Brazil* plagia fatos revelados pelo nosso autor; e os franceses Hippolyte Taunay e Fernando Denis citam constantemente o mercador inglês.

Durante a sua permanência forçada no Brasil — Lindley é prêsso quando contrabandeava pau-brasil nas costas da Bahia — anota, com argúcia e sensibilidade, as peculiaridades e costumes existentes. Suas observações sobre a economia, instituições, religião, costumes, etc. são precisas e claras. Daí o interesse de sua obra, que é documentário vivo de um momento.

Um fato inicial e fundamental surge do diário: a existência de um comércio de contrabando ativo entre a Bahia, Rio de Janeiro e a bacia do Prata. Apesar das medidas repressivas portuguesas, o contato com Buenos Aires é constante. E quem ajudava a praticar o contrabando eram as pessoas “nomeadas para impedi-lo”, isto é, as autoridades militares portuguesas ou “indivíduos por êles acumpliciados”.

O contrabando é também comprovado pelo grande número de navios estrangeiros, principalmente ingleses, que navegam ou aportam às costas brasileiras. Naturalmente que nem todos têm o mesmo objetivo, mas a presença suspeita deles em certas regiões da Bahia comprova o fato. Durante a estadia de Lindley, um navio inglês naufraga na baía de Santa Cruz, outro ao sul da Bahia e três aportam avariados ao pôrto de Salvador.

A justiça portuguesa aparece descrita de maneira dramática, surgindo com todo o seu sistema complexo e obsoleto: desde o seu apresamento o autor tem de sofrer as conseqüências de um complicado sistema judicial. É prêsso e confronta-se com o desembargador do crime, o capitão da Marinha e os escreventes da justiça; sua mercadoria é apreendida, sendo avaliada ao bel-prazer das autoridades; as inquisições são lentas e constantes e é “um tribunal de justiça que decide a questão e pronuncia a sentença. Em alguns

casos, há o recurso de apelação ao Tribunal Superior de Lisboa ou à clemência do príncipe”. As mercadorias apressadas servem para ajudar a pagar as despesas do processo, só que sua avaliação cabe aos portugueses: um dos navios avariados é obrigado a descarregar, “sob a imediata superintendência e inspeção do guarda-mor e de um amanuense da Alfândega. Mas não lhe poderia ser concedida a faculdade de realizar vendas a fim de liquidar suas despesas porque haviam chegado ordens recentes de Lisboa para que, nesses casos, uma suficiente quantidade de mercadorias fôsse retirada do navio e mandada para essa cidade, sendo lá vendida. A dívida de origem, o frete para a Europa e as despesas de viagem seriam deduzidas do produto dessa venda e o saldo (se houvesse) devolvido ao proprietário, em Londres ou qualquer outra parte”.

Ainda aparece como precária a ocupação plena do território pelos portugueses: apesar das regiões de Pôrto Seguro e Salvador terem sido ocupadas desde o século XVI, índios ainda atacam a primeira das duas cidades. A zona, porém, está semeada por grande número de engenhos e agricultores. A descrição das propriedades comprova que grande número delas possui “fábrica de açúcar”, com engenhos de “três cilindros de pesada madeira”; outras são “fazendolas esparsas, situadas nas proximidades do rio, para melhor transporte de seus produtos destinados a Pôrto Seguro”; e algumas produzem a mandioca, “raiz inestimável, pois proporciona a farinha ou o pão da América do Sul”.

A vida urbana também é descrita de maneira rica. A existência da burguesia comercial é exemplificada pela sinalização de alguns nomes de seus representantes mais dinâmicos, como o de Antônio da Silva Lisboa, que mantém grande contacto com a Inglaterra. Outro comerciante que aparece possui belo jardim na sua residência e tem “fortuna ilimitada”.

Porém, outro dado fornecido por Lindley também é de fundamental importância: a comprovação da existência de pessoas que guardavam grande fortuna, emprestavam dinheiro a juros e faziam serviço de câmbio. Esta forma de acumulação de capitais é que permitirá o nascimento do sistema de **comissários de café**, **comissários de açúcar**, etc., isto é, a formação de um sistema pr-bancário no Brasil. Por exemplo, o Sr. Oliveira vendia chitas às suas freguesas e quando “apresentei meu título, e assisti a quantia ser contada com muito cuidado e empilhada (sendo em prata) num banco que ficava por detrás dele, coberto com um pano. Informando eu ao velho que me havia sido prometido ouro, êle transportou uma parte da prata para o armário já mencionado e, abrindo-o, fiquei